

CIDADES

TERRAS PÚBLICAS

df - Invasão

Com base em laudo da Polícia Federal, Ministério Público entrará com ação na Justiça para impedir novos condomínios irregulares em zona rural. Área ocupada faz parte do Parque Nacional de Brasília

Grilagem dentro de reserva ambiental

SAMANTA SALLUM
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma região privilegiada pela paisagem, pelo verde, por córregos e com uma vista deslumbrante de Brasília. No entanto, o cenário bucólico está ameaçado pela forte especulação imobiliária que não respeita as leis de proteção ambiental. Terras públicas são ocupadas e dão lugar a mansões de luxo, em meio a chácaras com criação de porcos e vacas. O surgimento de condomínios irregulares no Núcleo Rural Boa Esperança foi alvo de investigação da Polícia Federal, e a denúncia será levada agora à Justiça pelo Ministério Público.

A região, onde moram 300 famílias, dá sinais de transformação que colocaram o Ibama e o Ministério Público sob alerta. A área de proteção ambiental está dentro do Parque Nacional de Brasília. A Procuradoria Regional da República vai ajuizar ação para impedir as construções que estão sendo erguidas, em subparcelamentos da chácara Cajueiro, no Núcleo Rural Boa Esperança. E também entrará com outra ação para suspender as atividades de uma empresa de aluguel de banheiros químicos que funciona na região sem licença ambiental.

"Essas terras foram griladas. Todos que construíram estão em situação irregular. A região é de proteção ambiental integral", destaca o procurador Francisco Guilherme Vollstedt Bastos. "A chácara Cajueiro está sendo parcelada para fins urbanos. Vamos entrar com ação com pedido de liminar para coibir isso", reforça.

A pedido do Ministério Público, investigação da Polícia Federal revelou a crescente grilagem de terras na área. Laudo ao qual o Correio teve acesso aponta que os recursos hídricos estão poluídos em decorrência da ocupação humana no Núcleo Rural Boa Esperança. Amostras coletadas ao lon-

go do córrego Invernada e do Açude, em pontos próximos às ocupações, revelou a presença de coliformes fecais. "As análises comprovam a influência da ocupação na piora dos índices de poluição hídrica no interior do Parque Nacional", destaca o laudo da Instituto Nacional de Criminalística.

Hortaliças

Os testes feitos pela Caesb apontam que a água é imprópria para consumo ou para a irrigação de hortaliças, pois oferece perigo à saúde humana. Segundo o laudo, a intensificação de captação de água dos córregos da região e o

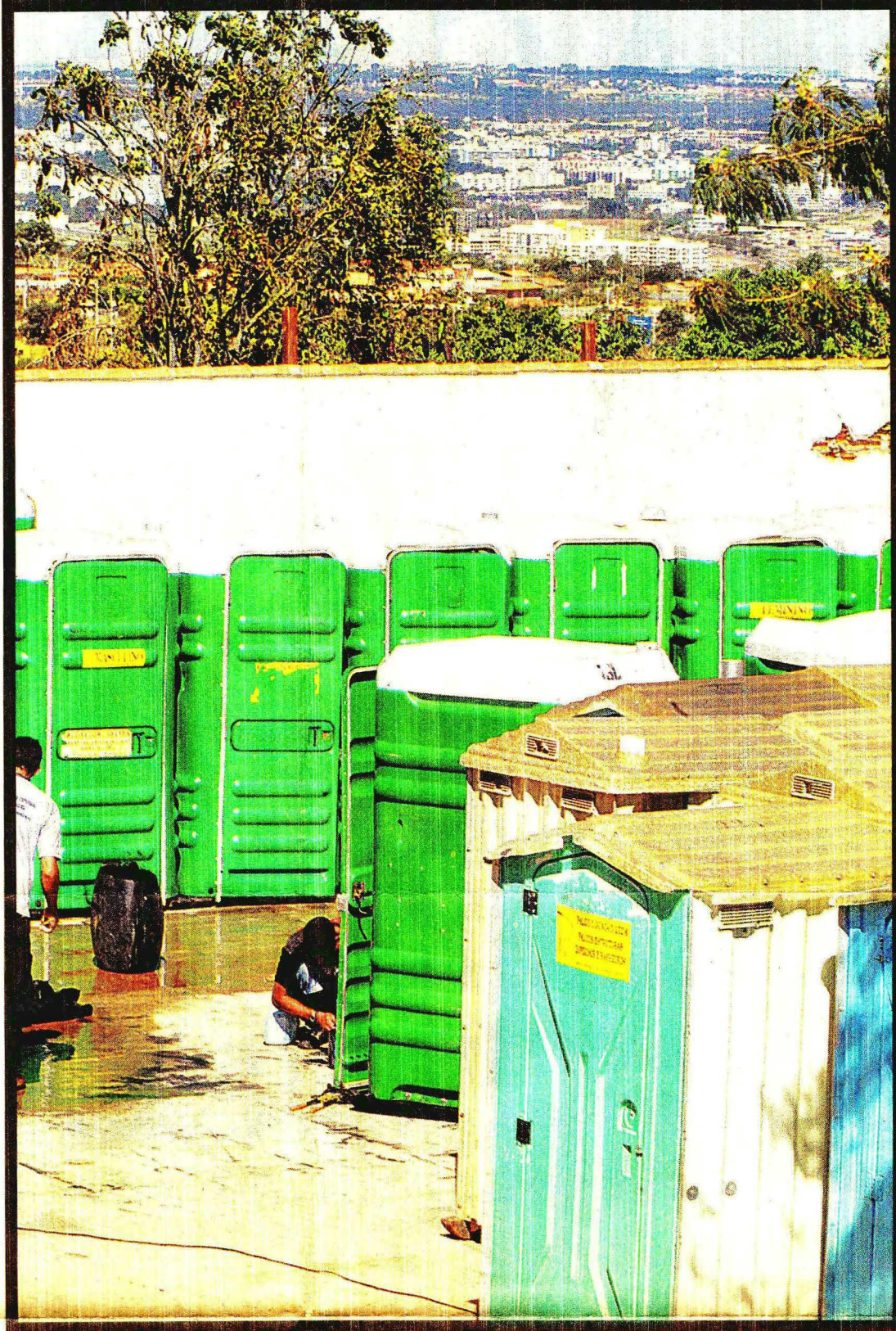
aumento da ocupação do local poderão agravar a poluição hídrica nas microbacias sob exame e em consequência na bacia do Lago Paranoá.

A conclusão do levantamento da Polícia Federal aponta diversos danos am-

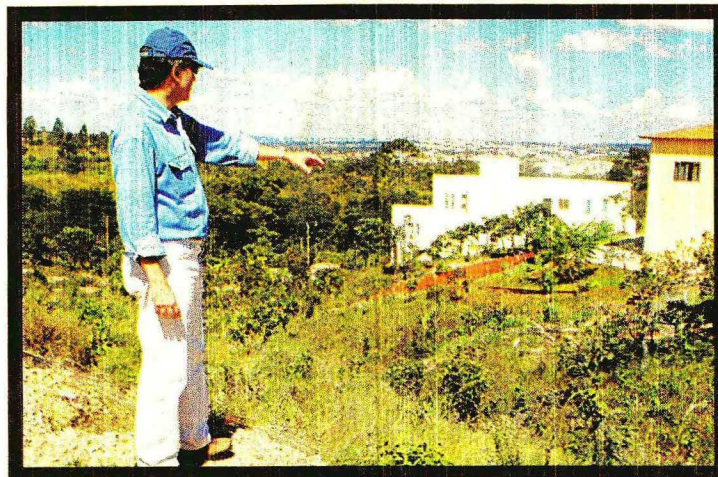
bientais no Núcleo Rural localizado à margem esquerda da Rodovia BR-020. A investigação começou em junho de 2004 e foi concluída no mês passado. Entre as atividades potencialmente poluidoras, a Polícia Federal encontrou as instalações da empresa Palco Locações, de aluguel de banheiros químicos, palcos e palanques. A empresa ocupa quatro mil metros quadrados. Os banheiros, após terem os resíduos sanitários esgotados com caminhões limpa-fossa, são lavados com detergentes especiais num pátio e acabam escorrendo, podendo contaminar o subsolo. A empresa, que mantém cerca de 400 banheiros químicos para aluguel, está instalada numa chácara do Núcleo Rural Boa Esperança desde 1993.

O relatório da PF afirma que a "ausência de critérios de ocupação da área possibilita a implantação de outras atividades comerciais e industriais potencialmente poluidoras." A equipe do Correio visitou as áreas degradadas apontadas pela polícia e pôde constatar o desrespeito às

Fotos: Daniel Ferreira/CB/10.06.05



EMPRESA DE BANHEIROS QUÍMICOS ESTÁ INSTALADA IRREGULARMENTE DENTRO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



IBAMA QUER EMBARGAR NOVAS CONSTRUÇÕES NO NÚCLEO RURAL

leis de proteção ambiental.

O laudo da Polícia Federal listou entre as irregularidades a extração de madeira nativa para construção de cercas; deposição e acúmulo de lixo nas drenagens que se dirigem aos córregos, desmatamento da vegetação nativa para ajardinamento de chá-

caras nas margens do córrego Invernada. Ainda conclui que a ocupação desordenada e a falta de vocação agrícola para o parcelamento têm propiciado a criação de sítios de recreio e ao reparcelamento com fins urbanos pelo ocupantes de menor poder aquisitivo.

Entulho

A equipe do Correio também constatou o assoreamento de nascentes que acabaram secando e sendo aterradas com acúmulo de materiais de construção na chácara Cajueiro. Essa área foi subparcelada e está dando origem a novos condomínios, com mansões suntuosas. As chácaras da região são abastecidas pelo córrego Invernada e por meio de poços.

A ocupação irregular foi possível porque as cercas do Parque foram recuadas pelo próprio poder público décadas atrás. A área da reserva é maior do que a cercada. Pelo perímetro definido no decreto de criação, em 1961, o Núcleo Rural pertence ao Parque Nacional de Brasília. Mas a falta de cercas permitiu a proliferação de casas. A Residência Oficial da Granja do Torto, o Parque de Exposições Agropecuárias, a Vila Weslian Roriz também estão dentro da área da reserva ambiental.

Moradores se defendem

A Associação de Moradores do Núcleo Rural Boa Esperança também está preocupada com o surgimento de novas construções e com a especulação imobiliária no local. Há pessoas que vivem na região desde a década de 70. Mas foi na década de 90 que a ocupação aumentou. E nos últimos dois anos o subparcelamentos aumentaram. Os moradores mais antigos afirmam que não são invasores de terra pública e que houve permissão para atividades rurais concedida pela extinta Fundação Zoobotânica.

"Concordamos com a preocupação do Ministério Público e do Ibama. E queremos ser aliados nesse esforço para impedir o parcelamento da região com fins urbanos. Estamos à disposição das autoridades que cuidam do caso para, juntos, encontrar uma solução", destaca Aldo Antonietto, que mora desde 1999 na região.

A associação representa os ditos "compradores de boa-fé". "A falta de escritura da terra é um problema generalizado no DF", diz. A entidade defende que a região seja oficialmente desligada do Parque Nacional, já que nunca foi devidamente cercada, e se transforme numa zona de amortecimento para a reserva ambiental. Assim, manteria sua característica rural e o uso do solo seria restrito. "Não somos invasores. Não derrubamos cerca alguma. A cerca já estava recuada e todo o contorno do Parque Nacional hoje está ocupado", aponta Aldo. "Há, sim, alguns problemas. Moradores desrespeitando o meio ambiente, mas é injusto que toda a comunidade pague por isso", alega.

O empresário Wilson Moraes, dono da empresa de aluguel de banheiros químicos, informou que já está a procura de um novo lugar para transferir suas atividades. Também se colocou à disposição dos técnicos do Ibama para vistoriarem a empresa. "Nunca me informaram que eu precisava de licença ambiental. Nunca recebi orientação alguma. O que fiz foi por iniciativa própria. E a minha formação sempre foi pela defesa da natureza. Tive preocupação em instalar um sistema de contenção de resíduos para evitar qualquer tipo de poluição", afirma Wilson. (S.S.)